

Inclusão produtiva em debate: efetividade e limites do programa de aprendizagem na trajetória de jovens em situação de vulnerabilidade.

Patrícia Feil Leal

1. Introdução

A inserção de jovens no mercado de trabalho constitui um dos principais desafios das políticas públicas no Brasil, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. A transição entre escola e trabalho apresenta-se como um processo complexo, frequentemente caracterizado por instabilidade, informalidade e limitação de oportunidades. Nesse cenário, as políticas públicas voltadas à empregabilidade assumem papel estratégico na promoção da inclusão produtiva. O Programa de Aprendizagem destaca-se como instrumento relevante ao articular formação teórica e prática profissional, buscando promover qualificação e inserção inicial no mercado de trabalho.

Entretanto, questiona-se em que medida essa política é capaz de promover não apenas o acesso ao emprego, mas também a permanência e a progressão profissional dos participantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente as contribuições e limitações do Programa de Aprendizagem enquanto estratégia de gestão pública voltada à empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A relevância da pesquisa reside na necessidade de compreender a efetividade das políticas públicas para além de sua concepção normativa, enfatizando seus resultados concretos e sua capacidade de promover inclusão produtiva sustentável.

2. Método de Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo, de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e caráter descritivo-exploratório. A investigação foi realizada com

dezenove jovens egressos do Programa de Aprendizagem, participantes no período de 2012 a 2014.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas estruturadas, conduzidas com base em roteiro previamente definido. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva, permitindo a sistematização das informações.

A escolha da abordagem combinada possibilitou compreender tanto os aspectos mensuráveis da inserção no mercado de trabalho quanto os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências no programa.

3. Análise dos Resultados

Os resultados evidenciam que o Programa de Aprendizagem contribui significativamente para a inserção inicial dos jovens no mercado de trabalho. Observou-se que 84% dos participantes encontravam-se empregados após a conclusão do programa, indicando sua relevância como mecanismo de inclusão produtiva.

Além da inserção laboral, identificou-se o desenvolvimento de competências profissionais e socioemocionais, tais como responsabilidade, comunicação e adaptação ao ambiente organizacional. Também foram observados impactos positivos no desenvolvimento pessoal, incluindo aumento da autonomia, autoestima e fortalecimento das relações sociais.

Entretanto, os dados revelam limitações importantes. Destaca-se a dificuldade de continuidade das trajetórias profissionais, evidenciando que a inserção inicial não se traduz, necessariamente, em permanência e progressão no mercado de trabalho.

Foram identificados desafios relacionados à adaptação ao ambiente organizacional, à insuficiente qualificação de supervisores nas empresas e ao cumprimento parcial das diretrizes legais do programa. Tais fatores indicam fragilidades na implementação da política pública.

Adicionalmente, verificou-se que a efetividade do programa depende da articulação entre diferentes atores institucionais, especialmente no âmbito da gestão pública, sendo fundamental o fortalecimento de mecanismos de monitoramento, avaliação e integração entre políticas públicas.

4. Considerações Finais

O estudo evidenciou que o Programa de Aprendizagem desempenha papel relevante na inserção inicial de jovens em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de competências profissionais e sociais.

Contudo, sua efetividade mostra-se limitada no que se refere à sustentabilidade das trajetórias ocupacionais, indicando que a política, embora funcional no acesso inicial, apresenta restrições quanto à promoção de inclusão produtiva de longo prazo.

Sob a perspectiva da gestão pública, os resultados apontam a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento, fiscalização e articulação institucional, bem como da integração com políticas complementares que favoreçam a permanência e progressão profissional dos jovens.

Dessa forma, conclui-se que o Programa de Aprendizagem possui potencial estratégico, mas demanda reorientações em sua implementação para alcançar maior efetividade enquanto política pública de inclusão produtiva sustentável.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a aprendizagem profissional. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2010.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília, 2013.
- LEAL, Patrícia Feil. *Programa de aprendizagem: política pública de desenvolvimento e transformação social*. 2017. Dissertação (Mestrado).
- POCHMANN, Márcio. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.